



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS: DA INCLUSÃO A EXCLUSÃO**

Manuela Maria da Silva<sup>1</sup> ; Ana Paula Torres de Queiroz <sup>1</sup>; Natalia Maria da Silva<sup>2</sup>; Dávisson Falcão Silva<sup>3</sup>; Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão<sup>1</sup>

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE*

*manuela1.laurentino@hotmail.com*

### **Resumo**

Sabendo-se que hoje no Brasil é obrigatória a inserção do indivíduo com deficiência nas instituições de ensino, objetivou-se estudar de que forma este estudante é recebido na escola, analisando se o sujeito com deficiência é de fato incluído ou integrado no ambiente escolar. Participou como sujeito do estudo uma professora que leciona na série do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada na cidade de Glória do Goitá/PE. Foi realizada uma pesquisa aplicando um questionário contendo oito questões subjetivas referentes à inclusão e exclusão escolar. Os dados foram analisados através da análise do discurso, onde foi descrito na íntegra. Observou-se, que a referida professora encontra-se insegura para trabalhar com a inclusão, ressalta-se que o desafio da educação encontra-se na imparcialidade da busca de mudanças necessárias para a consolidação da inclusão não só para os deficientes como também para aqueles que um dia já foram excluídos.

### **Palavras Chaves**

Educação especial; inclusão e exclusão escolar.

### **Introdução**

O curso de Licenciatura Plena em Pedagogia tem como característica principal a formação de professores, preparando-os para atuarem na Educação Básica.

Sabendo-se que, segundo a LDB 9394/96, no Brasil a Educação Básica compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, os profissionais deste curso saem com habilitação para atuarem na educação, sendo prioritariamente na Educação Infantil e Ensino



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Fundamental I, podendo atuar ainda nos cursos de ensino médio sendo na modalidade normal, e em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Em alguns casos os pedagogos atuam ainda em outras modalidades do ensino, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos – EJA e em classes que possua atendimento especializado. Ressalta-se que a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas voltadas para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

O presente estudo trata da educação especial nas escolas. Caracteriza-se por ser um estudo de abordagem qualitativa de campo do tipo descritiva, tendo como base teórica Carvalho (2000), Mantoan (2006), Brasil (2010) e LDB( 9394/96). Objetivou-se através deste, compreender como o docente se posiciona nas questões referentes à inclusão escolar. Será mesmo que, quando inserimos o indivíduo com deficiência na escola estamos incluindo? Será que quando o indivíduo com deficiência é incluído na instituição, mesmo esta não possuindo subsídios necessários para auxiliar este estudante, não estamos excluindo-o.

## **Referencial Teórico**

Para entendermos a educação especial, assim como a inclusão e exclusão escolar e social é preciso fazer uma retrospectiva dessa história e assim analisarmos suas implicações diante da realidade atual.

A trajetória das pessoas com algum tipo de deficiência sofreu modificações no decorrer dos tempos. Houve uma época em que os indivíduos deficientes eram exterminados ou mantidos escondidos e isolados dos ditos normais para não serem mortos. Na atualidade, estes têm a sua cidadania reconhecida e seus direitos garantidos por lei.

No Brasil, segundo o texto dos Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério de Educação Secretária de Educação especial (2010) afirma que,



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Ainda tendo como base o texto mencionado anteriormente, no Brasil estes avanços ocorriam tardiamente, após cento e sete anos de fundação da primeira instituição para cegos foi que em 1961,

o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Muitos foram os documentos, leis, estatutos e declarações que surgiram. Infelizmente, a maioria deles permanece muito bem desenvolvidos e fundamentados no papel, vindo a fracassar na execução. Porém, foi diante de declaração, a exemplo da de Salamanca (1994), que influenciou na formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Assim, o indivíduo com deficiência passa a ter alguns direitos garantidos. Para a criança com deficiência é importante o reconhecimento social, porém nem sempre ocorre desta maneira, fazendo com que muitas crianças deixem de frequentar as escolas por serem excluídas. O primeiro passo para a inclusão deve ser o acolhimento, pois o acolher opõe-se ao excluir, acolhendo estamos inserindo e enxergando o estudante antes de tudo como ser humano, assim deve-se acolhe-lo em sua totalidade. O dito acolhimento serve como espécie de diagnostico inicial, que possibilita ao professor identificar formas de se trabalhar com as especificidades encontradas em sala de aula, sabendo-se obviamente que não se pode e não se deve trabalhar com estes de forma metodologicamente tradicional.

Mas, será que inserindo o indivíduo com deficiência nas instituições de ensino sem considerarem-se as especificidade e limitação, não estaríamos integrando-os ao invés de incluí-los?

A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino. (MANTOAN, 2006)



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim, pode-se entender integração como a inserção do indivíduo desconsiderando suas limitações e necessidade específica já a inclusão compreende as especificidades do indivíduo e inclui o mesmo de forma satisfatória, considerando o seu contexto, subjetividade e restrições possibilitando a acessibilidade.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que, o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

Indagações sobre a citação acima que consta no PNE surgem a todo o momento, será que criando instituições específicas para o atendimento as diversidades, estaríamos de fato contemplando a inclusão? Inquietações como esta é bastante pertinente visto que a idéia de inclusão é incluir quem um dia já foi excluído, com a criação de escolas específicas acredita-se que iríamos ao sentido contrário da idéia de inclusão que por si é uma luta das minorias da defesa dos seus direitos.

Na maioria das vezes quando nos referimos à inclusão se pensa, simplesmente, nos que tem algum tipo de deficiência física ou psicológica, diferenciando-se dos padrões físicos e mentais julgados como normais diante da sociedade. Mas será mesmo que o termo inclusão só contempla estes indivíduos? A resposta não deveria ser outra, claro que não.

E os que por outros motivos são excluídos? Então, quando nos referimos à inclusão deve-se considerar também aqueles que são excluídos socialmente, culturalmente e politicamente falando. Ora, a educação é dita como direito de todos independentemente, de raça, cultura e sociedade a qual o indivíduo pertence, reforçando este pensamento a Constituição Federal (1998), traz como um dos seus objetivos,

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Contudo a inclusão pode ser entendida de formas diversificadas, porém, segundo Mantoan (2003) a inclusão é,

produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Na LDB em vigor, percebem-se artigos relacionados prioritariamente aos estudantes que possui determinado tipo de deficiência, isso é vantajoso, pois consta na lei os direitos destes que precisam ser garantidos, porém os descritos da Lei permanecem por si mesma de forma excludente, quando se relaciona aos estudantes com deficiências como clientela, onde podemos observar claramente no parágrafo 1º do Art. 58 da LDB 9394/96,

haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial. E a educação especial esteja conceituada como modalidade de educação escolar oferecida a educandos portadores de necessidades especiais.

Diante do exposto deve-se entender inclusão como valorização da diversidade. Percebendo ainda que a inclusão escolar não deixa de ser uma luta entre o ideal e o real.

### **Metodologia**

A pesquisa desenvolvida é de abordagem qualitativa, de campo do tipo descritiva, tendo como sujeito do estudo uma professora da Rede Municipal de Ensino de uma Escola localizada na cidade de Glória do Goitá – PE onde leciona na série do 1º Ano do Ensino Fundamental. Utilizou-se como instrumento para a coleta dos dados, um questionário semi-estruturado contendo oito questões subjetivas, estas referentes à metodologia adotada pelo docente com a finalidade de incluir o estudante com deficiência nas aulas, assim como perguntas relacionadas à infra-estrutura da escola e apoio pedagógico da gestão escolar. Os dados foram analisados através da análise do discurso, sendo descrito na íntegra, onde segundo (Foucault, 1986,p.70) o discurso ultrapassa a simples



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

referência a coisas, existe para além da mera utilização, de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão, de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria.

## Resultados

As perguntas realizadas tiveram como base teórica os textos estudados e discutidos nas aulas da disciplina de Atendimento Educacional Especializado, o que facilitou o desenvolvimento da pesquisa. As referidas questões foram aplicadas a uma professora que leciona na série do 1º Ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada na cidade de Glória do Goitá. A mesma trabalha com uma turma regular de ensino e atende a uma criança com deficiência.

1- Perguntas
1. Como é trabalhar diante da inclusão escolar?
2. Por que incluir o indivíduo com deficiência na classe regular?
3. A escola dispõe de estrutura física e matérias necessárias para que de fato ocorra a inclusão?
4. Sua formação foi suficientemente instrumentalizada para que você hoje trabalhe com a inclusão?
5. Para tornar a escola inclusiva, o que compete às diversas esferas?
6. Quais os maiores problemas enfrentados em sala?
7. Existe diferença entre integração e inclusão? Quais?
8. Na sua turma a criança com deficiência foi integrada ou incluída?

**Quadro I – Representa as perguntas desenvolvidas para realização da pesquisa.**

Assim, no quadro II apresentam-se em ordem de perguntas as respostas obtidas diante da pesquisa realizada com a referida professora.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2- Respostas
1. Não gostei. Em nenhum momento percebo o desenvolvimento do estudante. E não tenho auxiliar na sala. Deveria ter preparação para os professores e mais apoio da coordenação escolar. A turma era para ser preparada antes de receber os alunos “especiais” para não acontecer o bullying.
2. Porque está na lei a inclusão e adaptação desses alunos nas escolas.
3. De forma alguma, não há estrutura e materiais necessários. Houve ajustes para as crianças, mas não para receber crianças especiais.
4. Não. Só tenho o magistério e em nenhum momento a escola se prontificou a mudar o quadro, colocando um professor especializado na turma, ou seja, fazer uma troca.
5. Adaptar a estrutura física da escola no caso o espaço dando acessibilidade a todos, buscando atualizações nos materiais didáticos, assim como a coordenação acompanhar de perto o trabalho do professor, com a finalidade de auxiliá-lo.
6. Não conseguir da atenção devida ao meu aluno “especial”, visto que tenho uma turma bastante diversificada para dar conta. Infelizmente ainda não consegui descobrir os pontos fortes dele, ou seja, algo que o mesmo de fato se interesse.
7. Acredito que sim. Porém não consigo diferenciá-los.
8. Não foi integrada muito menos incluída. No meu ver este aluno foi excluído, pois não consigo fazer com que meus outros alunos interajam com ele e quando tentam interagir ele não quer. Sem falar que este, fica “batendo” nos colegas de classe.

### **Quadro II – Representa os dados empíricos obtidos diante das perguntas realizadas.**

Diante das análises dos dados percebeu-se que a professora, demonstra insegurança no que se relaciona a temática de inclusão, porém percebe-se que a mesma busca meios de interagir com a criança. No entanto, até o momento não obteve sucesso em suas tentativas. Mas, será que o insucesso das tentativas desta professora não está relacionada ao tipo de metodologia adotada por está? Visto que nas salas regulares que possui atendimento a criança especial, não se deve utilizar o método tradicional de ensino.

As respostas da docente foram bastante pertinentes no que se refere à falta de dialogo, apoio da coordenação e insuficiência dos materiais o que dificulta o processo de ensino. Contudo, as



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Assim, podemos ressaltar que esses estudantes estão sendo inseridos nas escolas, porém não é sempre que a mesma assegura a qualidade do ensino que a esses são oferecidos. O quadro III representa a resposta que mais nos inquietou na pesquisa realizada.

<b>3- Pergunta</b>	<b>Resposta</b>
Porque incluir o indivíduo com deficiência na classe regular?	“Porque está na lei a inclusão e adaptação desses alunos nas escolas”

**Quadro III – Representação da pergunta/resposta número três do questionário.**

Assim, percebe-se que está não entende a educação como direito de todos, será mesmo que um indivíduo que possua deficiência só deverá ser inserido na escola, porque consta na Lei? Essas e outras inquietações precisam ser repensadas e refletidas diante do contexto social, histórico, cultural e educacional.

## **Considerações Finais**

O estudo possibilitou maior compreensão dos paradigmas existentes na educação brasileira. Percebeu-se ainda, que a professora da referida escola encontra-se desmotivada pela gestão escolar no que se relaciona ao apoio pedagógico, a mesma se mostra despreparada para atuar com a inclusão escolar, o que pode ser consequência da ausência de formação continuada, seja ela específica ou não. Ainda diante dos descritos pela docente, observa-se que a mesma vê a inclusão como algo imposta que se restringe a Lei, está não acredita na inclusão e consequentemente não se empenha para trabalhar de forma diferenciada e integrada, buscando uma pedagogia inovadora, pois se sabe que em turmas que possuem crianças especiais o professor jamais deve trabalhar



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

metodologicamente de maneira monótona e de forma tradicional, é preciso trabalhar em grupos visando à relação afetiva entre os estudantes atendo assim as especificidades destes.

Contudo, o despreparo profissional de professores para trabalharem frente à inclusão escolar faz parte da realidade educacional brasileira, assim, um dos maiores desafios da educação encontra-se na imparcialidade da busca e concretização das mudanças necessárias para consolidação da inclusão escolar não só para os deficientes como também para os que um dia foi excluído independente dos fatores sociais, políticos e econômicos.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. - Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo , 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.1

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**/Rosita Edler Carvalho. Porto Alegre: Mediação, 2000.176p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.